

Renata Nascimento

Universidade Federal de
Mato Grosso – UFMT
E-mail:
renascsilva1@gmail.com

José Messias

Universidade Federal
Fluminense – UFF
Universidade Federal do
Maranhão — UFMA
E-mail: jose.cmsf@ufma.br



Este trabalho está licenciado sob
uma licença [Creative Commons
Attribution 4.0 International
License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Copyright (©):

Aos autores pertence o direito
exclusivo de utilização ou
reprodução

ISSN: 2175-8689

“Branco sai, preto fica”: um ensaio de filosofia política radical sobre hierarquias cognitivas e a crítica da meritocracia moderna

*"White out, black in": an essay on radical
political philosophy about cognitive hierarchies
and the critique of modern meritocracy*

*"Blanco Afuera, Negro Adentro": ensayo de
filosofía política radical sobre las jerarquías
cognitivas y la crítica de la meritocracia
moderna*

Nascimento, R., & Messias, J. (2024). “Branco sai, preto fica”: um ensaio de filosofia política radical sobre as cosmopolíticas da racialidade e a crítica da meritocracia moderna. *Revista Eco-Pós*, 27(3), 17–40. <https://doi.org/10.29146/eco-ps.v27i3.28362>

RESUMO

O presente artigo faz crítica a ideia de meritocracia e das hierarquias cognitivas modernas que a sustentam por meio do dispositivo de racialidade de Sueli Carneiro (2005; 2023). A partir da discussão sobre a intensa visibilidade da negritude e da invisibilidade do privilégio branco como política identitária, questiona-se a centralidade da cidadania dentro da filosofia política do Ocidente. Identificadas no âmbito da colonialidade do poder, Quijano (2005), as questões aqui expostas no campo da educação e do saber visam reivindicar o lugar da comunicação como *locus* de um embate entre diferentes cosmologias que acionam pontos de ruptura epistêmica próprias da condição racializada.

PALAVRAS-CHAVE: *Meritocracia; Racialidade; Colonialidade; Cidadania.*

ABSTRACT

This article criticizes the idea of meritocracy and the modern cognitive hierarchies that support it through the device of raciality, from the perspective of Carneiro (2005; 2023). Based on the discussion about the intense visibility of blackness and the invisibility of white privilege as an identity policy, the centrality of citizenship within Western political philosophy is questioned. Identified within the scope of the coloniality of power, Quijano (2005), the questions exposed here, in the field of education and knowledge, aim to claim the place of communication as the locus of a clash between different cosmologies that trigger points of epistemic rupture typical of the racialized condition.

KEYWORDS: *Meritocracy; Raciality; Citizenship; Coloniality.*

RESUMEN

Este artículo critica la idea de meritocracia y las jerarquías cognitivas modernas que la sustentan a través del dispositivo de la racialidad, desde la perspectiva de Carneiro (2005; 2023). A partir de la discusión sobre la intensa visibilidad de la negritud y la invisibilidad del privilegio blanco como política de identidad, se cuestiona la centralidad de la ciudadanía dentro de la filosofía política occidental. Identificadas en el ámbito de la colonialidad del poder, Quijano (2005), las cuestiones aquí expuestas, en el campo de la educación y el conocimiento, apuntan a reivindicar el lugar de la comunicación como locus de un choque entre diferentes cosmologías que desencadenan puntos de ruptura epistémica. típico de la condición racializada.

PALABRAS CLAVE: *Meritocracia; Racialidad; Colonialidad; Ciudadanía.*

Submetido em 22 de julho de 2024.

Aceito em 26 de agosto de 2024.

Introdução

Cidadania, racialidade e colonialidade: uma introdução. A provocação do título faz alusão ao filme homônimo¹ de Adirley Queiroz (também diretor de *Mato Seco em Chamas*), de 2015, e ao relato do protagonista Marquim do Tropa ao recontar um caso de violência policial ocorrido em 1986, no baile Quarentão na Ceilândia, cidade satélite de Brasília (DF). O filme, um misto de ficção e documentário, traz essa fala emblemática de um policial alertando possíveis frequentadores brancos do baile black para que saíssem, e assim os policiais pudessem perpetrar o que costumeiramente fazem em periferias e favelas por todo o Brasil, reprimir a população preta². Esse *cuidado* em evitar possíveis vítimas brancas evidencia a relação entre cor da pele e classe, os privilégios sociais e distinções étnico-raciais de brancos, que são muito bem demarcados quando se trata da polícia (Silva, 2014).

Assim como no filme, que dá protagonismo a dois sobreviventes do massacre – e tem como mote afrofuturista a reparação dos crimes do Estado brasileiro contra a população negra do país sendo investigadas por um *agente do futuro* —, este texto propõe uma inversão epistêmica do padrão colonial/moderno. O objetivo é o (re)enquadramento de temas/conceitos caros às Ciências Sociais/Humanidades, e que até já habitam a opinião pública, como a ideia de meritocracia, igualdade, liberdade, excelência, ciências e educação. Tratar esse debate como um problema de comunicação significa entender que não apenas as representações midiáticas e manifestações culturais e identitárias são objeto de interesse do campo, mas também a própria produção de conhecimento situada nos corpos. Assim, elegendo as hierarquias cognitivas e a meritocracia como aparatos do processo de racialização – entendido como o apagamento do *outro* da posição de sujeito a partir do dispositivo de racialidade de Carneiro (2023) e do epistemicídio – o embate entre diferentes visões de mundo, perspectivas e/ou cosmologias³ abre

¹ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2014-09/branco-sai-preto-fica-vence-11-premios-no-47o-festival-de-brasilia>.

² Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-11/cada-100-mortos-pela-policia-em-2022-65-eram-negros-mostra-estudo>.

³ Por questão de espaço, cosmologia e cosmopolítica vão ser tratados no texto como termos correlatos representando, de acordo com Castro (2013) e Hui (2020), a busca por reeditar/redefinir a ontologia moderna do universal da racionalidade kantiana em direção a sistemas de pensamento complexos que apresentam em suas facetas uma perspectiva local e relacional.

caminho para a (re)construção de mundos alheios a supremacia branca (Hooks, 2017). Em vez de abordar as subjetividades já formadas, seguindo Sodré (2014), entendemos que a comunicação é um local privilegiado para discutir essa dimensão processual e organizativa da vida social e do comum.

A radicalidade da premissa deste texto está, então, em retirar do centro do pensamento filosófico os referenciais Ocidentais/europeus em favor de um conhecimento baseado em outras cosmologias: antirracistas, indígenas, feministas, e, espera-se, contracoloniais (Santos, 2015). Desse modo, o artigo pretende servir de base para diversas discussões que surgiram no campo da comunicação buscando fontes e conceitos para o caráter estrutural dos elementos raciais e de gênero na constituição do tecido social e de problemas de pesquisa variados⁴.

Elencamos, assim, a ação do dispositivo de racialidade (Carneiro, 2005; 2023) e da meritocracia não apenas como elementos de exclusão social (fatos sociais), mas, em suas especificidades teóricas/conceituais, também como índices de sua atuação na própria constituição do sujeito moderno e dos modos de vida contemporâneos. Segundo o filósofo americano Michael Sandel (2020), historicamente o sistema do mérito emerge como uma virtude cívica e de sabedoria prática que visa o bem-comum. Sendo um organizador social atrelado ao progresso do espírito humano após as revoltas contra a tirania dos regimes absolutistas que reivindicaram um sistema político mais justo e igualitário. Dentro disso, o mérito acaba sendo indispensável na (re)formulação da própria concepção moderna de humanidade, tanto na construção da ideia de cidadania, como na defesa da autonomia deste sujeito. Influenciará na separação, classificação e categorização dos sujeitos por meio dos seus talentos, virtudes e realizações.

Em Rousseau (2017; 2020), a noção de mérito aparece ligada ao pensamento político – Vontade de Governança – em que o representante/magistrado coloca a vontade geral acima da vontade individual e a integridade dos governantes na gestão pública como critério de escolha. Dentre os dois problemas fundamentais que constituem o eixo do pensamento político de

⁴ Em outras produções bibliográficas, os autores discutiram a noção de quilombo e quilombismo dentro de uma ética coletiva negra (Silva, 2024) e a ação das comunidades de aprendizado (Silva; Barbosa, 2022) como resistência aos dispositivos da cosmologia ocidental. Já, neste texto, o foco está na crítica a meritocracia e na revisão da ideia de hierarquias cognitivas (Pinheiro, 2020) do contexto geopolítico para o racial e de gênero.

Rousseau – o aumento da desigualdade social e o questionamento da legitimidade do absolutismo –, o mérito surge como forma de combate aos privilégios hereditários e os provenientes da riqueza. Para o autor, contudo, isso seria inacessível aos considerados *selvagens*, pois seu espírito não formularia ideias abstratas de regularidade e de proporção. Assim, o mérito é acionado, entre aqueles que são vistos como sujeitos (homens europeus), como meio de provar que apesar da desigualdade econômica entre ricos burgueses e pobres camponeses, só o caminho do mérito e da virtude é capaz de ordenar a sociedade.

Por sua vez, tomando os Estados Unidos (EUA) como modelo e/ou continuação do projeto imperial e *civilizatório* europeu, Muniz Sodré (2023) explica como esse percurso se baseou, desde as origens, na diferença racial como um ímpeto de dominação e/ou subjugação do *outro*. Em sua visão, a fusão entre a política republicana de igualdade e uniformidade, a exploração econômica dos recursos naturais pelo capital e a religião expansionista e belicista da tradição puritana resultou em um Estado etnocrático, cuja ideologia dominante é branca, isso mesmo após a Guerra Civil que formalmente deu a vitória ao Norte e culminou na eventual abolição da escravatura naquele país. Segundo Sodré (2023):

A leucocracia (poder do privilégio branco), que é uma etnocracia exercida por segregação de direito e de fato, vigorou em aberto até a metade do século passado, sob a égide de um lema absurdo - separate but equal, "separados, mas iguais" - embora constitucionalmente amparado. São patentes os três sistemas de inscrição do leucon: "O saber que descreve: textos eruditos e de propaganda; o poder que prescreve: leis, decretos, medidas; as massas que transcrevem: senso comum, rumores" (Sodré, 2023, n.p, grifo no original).

A partir deste ponto de partida, Sodré (2023) narra (segundo o próprio, de maneira *sociológico-jornalística*) o conflito moderno entre liberdade e igualdade encarnado institucionalmente nas contradições entre democracia liberal e república. Segundo o autor, o liberalismo clássico que estava no cerne da emancipação/independência das antigas colônias, no caso dos EUA, e na queda da monarquia na Revolução Francesa, acomodou também o argumento de que essa liberdade não se estenderia aos negros escravizados (em que pese os ocasionais abolicionistas que figuravam nesses movimentos). Por isso, ele afirma:

Historicamente, as diretrizes republicano-federativas de igualdade acabaram predominando sobre a radicalidade democrática: a exclusão de uma parte importante da cidadania — negra, uma "falha" imaginária na uniformidade étnica originária — cimentou a coesão cívica ou hegemonia interna, que é forte nos Estados Unidos: "uma nação de colonos brancos". (Sodré, 2023, n.p., grifo no original).

A igualdade perante a lei enquanto princípio republicano, tal qual a Suprema Corte oitocentista apregou nos EUA, indicava então um caminho para uma cidadania partida ou de *segunda classe*. É importante mostrar como isso era uma lógica inerente à cosmopolítica europeia moderna e não apenas o subproduto do racismo de alguns líderes ou figuras políticas de destaque. Contudo, Sodré (2023) parece sustentar que haveria, sim, um modelo ideal e/ou universal de democracia no qual esse processo poderia ser alijado de suas pulsões imperiais. Para o autor:

democracia, ao contrário de república, não se sustenta na unidade da guerra, mas num pacto implícito de convivência civil. [...] Não é, portanto, apenas reconhecimento do outro como um igual, e sim como um diferente aceitável em sua imprevisibilidade individual e grupal. Democracia implica sistema aberto e, em princípio, mais frágil, por necessariamente comportar pluralismo e "conflitualidade", logo, a indeterminação de posições. (Sodré, 2023, n.p.)

Essas disputas de sentido em torno do projeto de igualdade moderno colocam a democracia ocidental (cujas origens etimológicas gregas não deixam esquecer) como expoente de um debate que retoma a ideia do consentimento em ser governado e a premissa de que o indivíduo faz essa escolha racional ou conscientemente. Contudo, a cosmopolítica ocidental/europeia fez questão de suprimir outras corporeidades, especificamente negros e mulheres, dessa posição de sujeito por conta de supostos atributos físicos/biológicos e intelectuais/cognitivos justamente para que a universalidade dos ideais não se aplicasse a elas.

Dessa forma, os ideais podem permanecer intactos e até retoricamente relevantes enquanto as desigualdades sistêmicas atuam de forma corporificada (*embodied*) para além do nível da consciência ou intencionalidade, mobilizando afetos, privilégios, heranças culturais e hierarquias cognitivas (Pinheiro, 2020). Isso representa a necessidade de uma perspectiva holística/integral, ou seja, cosmopolítica, em vez de uma análise sociológica tradicional, -estrutural, discursiva — ainda centrada no mesmo sujeito racional.

Na construção do seu domínio colonial, o processo escravagista construiu práticas de desumanização do ser, de apagamento de laços sociais e de memórias. Utilizou a racialidade não apenas sob uma lógica da exclusão — *a explicação sociológica da subjugação racial* —, mas na própria “obliteração que permeia as ferramentas do conhecimento racial. Isto, precisamente porque sem ela, a construção do sujeito moderno como uma coisa autodeterminada não se sustentaria, principalmente após a articulação hegeliana da razão transcendental como Espírito” (Silva, 2019, p. 34).

Para Buck-Moss (2011), o pensamento filosófico a respeito de homens no estágio *de natureza* em oposição aos *civilizados* desconsiderava o cenário colonialista francês (período escravagista) como um elemento a ser percebido para discussão acerca da igualdade, liberdade e direito a propriedade. A recusa em considerar os escravizados como sujeitos e detentores dos direitos universais decorre do fato de eles serem vistos como um corpo-objeto e/ou corpo-mercadoria capaz de gerar força produtiva e capital monetário.

Conforme Aimé Césaire (1978), os intelectuais burgueses tinham a intenção de não projetar a consciência de liberdade, igualdade e fraternidade sobre os escravizados. Em sua visão, era necessário que os colonizadores enxergassem os colonizados como *Coisas* — também presente na obra de Denise Ferreira da Silva (2019) e tomado por Frantz Fanon como objeto, e empregado como mercadoria/minério em Achille Mbembe (2018) —, para que as relações de dominação e de submissão permitissem que o colonizador racionalizasse a violência perpetrada.

O termo *Coisa* empregado pelos intelectuais⁵ vem da forma como Hegel caracterizou os negros em sua apologia (a popular *passada de pano*) à escravidão. O filósofo alemão a condenava ao mesmo tempo em que julgava que aqueles homens e mulheres escravizados teriam progredido em relação a seu modo de vida anterior. Isso porque, tendo como referencial a figura do Espírito — nas palavras de Silva (2019), a Razão enquanto Liberdade —, em suas terras de origem, de modos de vida *primitivos*, não haveria a possibilidade de se obter uma *verdadeira*

⁵ Embora os autores citados denunciem o processo de racialização como essa construção do Outro pelo Ocidente (tornar *negro*, tornar *índio*), Mignolo (2008) e Silva (2020) também argumentam que essa exclusão da posição de sujeito no projeto de racionalidade universal moderna dá margem para a possibilidade hackeamento e/ou construção de opções descoloniais, o que será visto adiante no caso das ações afirmativas no ensino superior. Entendemos que são construídas e aplicadas segundo uma lógica meritocrática, mas isso não impede sua apropriação contracolonial. Algo presente na referência de Mignolo à Fausto Reinaga: *Danem-se, eu não sou um índio, sou um ayмара. Mas você me fez um índio e como índio lutarei pela libertação.*

consciência da liberdade. Na visão do pensador, estar apartado da possibilidade de viver essa experiência de liberdade seria em si uma forma absoluta de escravidão.

Tidos como as principais referências do pensamento filosófico europeu e até da própria organização de mundo (cosmopolítica) operada pela modernidade ocidental, tanto Hegel, quanto seu antecessor Kant, possuem uma visão da subjugação racial que não se enquadra apenas como preconceito, discriminação ou como uma visão ignorante fruto do seu tempo. De acordo com Silva (2019):

Quando Hegel nomeia os Negros como “objetos sem valor”, ele não apenas endossa filosoficamente a arquitetura jurídico-econômica da escravidão. [...] o enunciado de Hegel funde violentamente três ordens do valor – simbólica, ética e econômica – no qual “Negro” torna-se um nome para: (a) um objeto do conhecimento filosófico hegeliano e, posteriormente, do conhecimento científico; (b) um outro do Sujeito (isto é, do que já “atingiu a consciência de sua liberdade”); e (c) uma mercadoria “escravizada pelos Europeus e vendida para as Américas” (Silva, 2019, p. 107, grifo no original).

Desse modo, autores como Carneiro (2005; 2023), se apropriando da conceituação de Santos (2019), articulam a ideia de epistemicídio para retratar o sistemático apagamento de grupos de indivíduos minoritários da posição de sujeitos do conhecimento. Seguindo a necropolítica (Mbembe, 2003), a colonialidade do poder (Quijano, 2005) e o dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023), tomamos a racialidade como referência para identificar/investigar uma cosmopolítica que foi e continua sendo central para determinar os rumos do Ocidente e vai além de seus contornos/efeitos mais imediatos como o preconceito, discriminação racial e os estereótipos. Ao contrário de uma filosofia política ideal ou universal e descorporificada, a concepção de civilidade (e cidadania) moderna organiza o mundo a partir das categorias de raça e gênero/sexualidade (Quijano, 2005), que constituem a ideia de sujeito, e por extensão, as de igualdade, liberdade e justiça (Silva, 2014).

O mérito, enquanto dispositivo disciplinar, tornou-se um exercício de justiça social e expoente de virtude da civilização ocidental moderna, elemento organizador das hierarquias dentro das instituições. No caso de pessoas brancas, porém, o dispositivo reafirma o pacto narcísico da branquitude (Bento, 2002), enquanto os demais sujeitos, por força das instituições, precisam se adequar aos critérios estabelecidos. Um dos maiores êxitos da proposta de Bento

(2002) é mostrar como esses privilégios são inerentes à posição hegemônica da branquitude na sociedade brasileira (e no Ocidente), estando em vigor para além da intencionalidade ou percepção consciente dos seus beneficiários. Daí, a discussão na opinião pública e imprensa sobre as ações afirmativas serem um marco para a visibilidade desse pacto, forjado numa cosmopolítica de privilégios raciais, mas sempre negados ou apagados.

Conforme Schucman (2012), quando brancos questionam a política de cotas, se utilizam do mérito como argumento para deslegitimar as cotas dizendo que essas os excluem. Tal pensamento vai ao encontro da discussão promovida por Melo (2022), cuja hipótese central coloca o mérito e o mito da democracia racial como formas de sustentação da supremacia branca sem que esta seja reconhecida como tal. Assim, a meritocracia, por meio de valores como o individualismo, a política cognitiva do mérito e a assimilação de modos de ser e estar no mundo, se torna de fato uma política identitária branca.

Termos como racismo estrutural, institucional, entre outros, são listados para abarcar a complexidade do fenômeno, e de nossa parte, compreendemos que a meritocracia, entendida como sistema/dispositivo, tem na racialidade e mais especificamente no dispositivo de racialidade de Carneiro (2005, 2023), a sua face sistêmica. Não basta a atual percepção pública de que a meritocracia não considera as diferentes opressões que impactam nas condições de disputa entre indivíduos⁶. Este aparente consenso, conseguido após anos de luta do movimento negro, lideranças diversas e de parlamentares, deu origem a políticas públicas de suma importância como as ações afirmativas, contudo é preciso acompanhar em que medida a entrada de minorias historicamente excluídas nas universidades, no mercado de trabalho e/ou no serviço público replica, ainda, os ideais meritocráticos utilizados para excluir uma parte significativa dessa população ou ainda submetê-la a lugares subalternos nas hierarquias do conhecimento.

Do mesmo modo que Sodr e e Paiva (2019), defendemos que   preciso retomar/restabelecer um *comum* ou uma  tica coletiva (Silva, 2024), contudo, baseado em outra matriz epist mica para que não ocorra o que o próprio Sodr e (2023) figura como o *destino* dos

⁶ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2021-07-18/a-meritocracia-e-uma-armadilha.html>.

EUA (e, potencialmente, da própria Europa) em atual processo de transição demográfica. De acordo com o autor:

Num país de imigração ativa, a coesão social não se pauta por um nós ou um comum nacional, e sim por um pluralismo de comunidades regido pelos princípios e valores da etnia fundadora — que é anglo-saxônica, branca e cristã — assim como pela política paroquial dos estados. (Sodré, 2023, n.p.)

Sendo assim, mesmo em meio às políticas públicas de inclusão, o modelo de república de base ocidental não vai produzir uma democracia comunitária, baseada numa cidadania propriamente coletiva e plural (em vez de igualitária). Naquele país, por exemplo, o mesmo aparato jurídico-econômico recentemente julgou que as ações afirmativas e políticas de inclusão e diversidade ferem esse princípio de igualdade⁷. Por isso, o argumento sobre a importância da representatividade deve ser tomado de forma crítica caso ele não resulte em uma transformação nos modos de ser, ver e estar no mundo (ética), o que Mignolo (2008) chamou de desobediência epistêmica. Do mesmo modo, a implementação das ações afirmativas pelo Estado brasileiro e pelas universidades precisa passar por esse escrutínio para que promovam uma educação verdadeiramente transgressora (Hooks, 2017) ou emancipadora (Freire, 1983).

Sobretudo sob a égide da meritocracia, tomada aqui não apenas como um aparato jurídico-econômico da burocracia republicana, mas como um dispositivo normatizador que organiza também o sistema-mundo colonial/moderno (Quijano, 2005) segundo uma lógica da racialidade não apenas restrita ao campo da educação.

1 O dispositivo de racialidade: privilégios e desigualdade

Segundo Santos (1997), ser cidadão é ser indivíduo dotado de direitos que permitem *se defrontar com o estado, mas também afrontar o estado*. Em sua visão, o Estado brasileiro possui sujeitos que não querem ser cidadãos, pois querem gozar de privilégios sem precisar dividi-los

⁷ Embora tenham julgado improcedente a existência de ações afirmativas para entrada nas universidades estadunidenses, a Suprema Corte não as retirou das academias militares, mostrando no país que a necessidade de corpos diversos para servir (e morrer) em prol do complexo militar-industrial dos EUA é uma de suas prerrogativas mais importantes. Disponível em: <https://www.npr.org/2023/06/29/1181138066/affirmative-action-supreme-court-decision>.

e/ou impedir que outros tenham acesso a direitos políticos e sociais. Para o autor, a classe média brasileira está preocupada com os interesses individuais e não com a difusão de direitos fundamentais para a totalidade da população. No outro lado, há os que não podem ser cidadãos, que na visão de Santos, são os demais, a começar com o homem negro que não é visto como sujeito. Tal situação origina-se do modelo cívico (cultural e político) brasileiro herdado da escravidão que escolheu construir relações sociais que apagaram seus efeitos nocivos por meio de uma fachada cordial.

Esse modelo cria uma cidadania mutilada que representa a ausência de direitos sociais, políticos, econômicos e universais de uma determinada parcela social. Dentre eles, Santos (1997) destaca a educação. De acordo com o autor: “Cidadania mutilada na educação. Quem por acaso passeou ou permaneceu na maior universidade deste estado e deste país, a USP, sabe que ela não é uma universidade para negros” (Santos, 1997, p. 134). Egressa da mesma instituição, a filósofa Sueli Carneiro (2005; 2023) habilmente articula as noções de genocídio, epistemicídio e de contrato racial como elementos da formação de seu dispositivo de racialidade. Formulando uma abordagem da racialidade que segue a argumentação foucaultiana sobre a disciplinaridade do poder, a autora tenta dar conta dessa ausência histórica.

Para isso, Carneiro faz referência aos postulados de Santos (2019). Segundo ele, o processo colonial, para vigorar-se, precisou de dois elementos: o epistemicídio e o genocídio. Através do epistemicídio foram articuladas práticas de desumanização que representam a destruição da racionalidade, da cultura e da civilização do *outro*. A aplicação desse conceito reflete o apagamento de diversos outros saberes, o domínio da mente do *colonizado* e destruição de vínculos sociais (passado).

Através de diversas variações de poder que nem sempre são perceptíveis, o jogo de racialidade define as especificidades das relações raciais e de poder imbricadas no Brasil. Aqui, o epistemicídio cumpre função estratégica em conexão com a tecnologia do biopoder impedindo o acesso e a permanência da população negra no ambiente educacional. Vai para além do processo de negação do conhecimento, pois abrange a negação e a desvalorização da visão de mundo do indivíduo (Carneiro, 2005; 2023). Assim sendo, o conceito de epistemicídio de Santos (2019) é expandido na tese da filósofa, atrelando o dispositivo de racialidade ao processo de

educação brasileiro vinculado à população negra. Ao impedir/difícultar a entrada desses sujeitos nos espaços educacionais, o Estado brasileiro inscreve a população negra sobre o signo da morte dia após dia.

Portanto, Carneiro (2005, 2023) assegura que a educação é um elemento fundamental da arquitetura do dispositivo de racialidade. Organiza hierarquias, determina as diretrizes de organização epistemológica e edifica parâmetros tendo como referência a branquitude. Um exemplo sendo o monopólio do referencial europeu ou euro-americano nas ciências em geral e até nas Humanidades, restando aos pesquisadores subalternizados apenas *aplicar os conceitos*. Além disso, a elaboração de um padrão coloca a branquitude no topo e utiliza os sujeitos negros que conseguem romper com as dificuldades como exemplos *bem-sucedidos* que se tornam exceções que confirmam a regra.

A raça integra o diagrama desse dispositivo, dado seu papel na construção do sistema mundo moderno-colonial (Mignolo, 2017). Segundo Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel, (2018), o racismo é uma lógica estruturante porque organiza:

todas as relações de dominação da modernidade, desde a divisão internacional do trabalho até as hierarquias epistêmicas [...] junto com as identidades e subjetividades, de tal maneira que divide tudo entre as formas e os seres superiores e outras formas e seres inferiores” (Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel, 2018, p. 80).

Por isso, a busca por uma comunicação antirracista não deveria ser uma luta por inclusão em um sistema midiático indissociável da colonialidade do saber e do ver, mas a descolonização da visão de mundo ocidental sobre os corpos negros que os coloca sempre como objetos do conhecimento e nunca como sujeitos.

Ainda nesta chave da racialidade/racionalidade moderna, para Fanon (2020), o desejo do negro em mostrar sua capacidade intelectual e seu raciocínio equiparáveis aos do branco nasce da crença de que o domínio da razão é condição para se qualificar alguém como humano. Na prática, o uso da racionalidade foi tornado estratégia de subjugação racial, hierarquização, dominação e distinção.

No entanto, Fanon (2020) salienta que mesmo que o sujeito negro afirme sua inteligência ou se adeque aos padrões e costumes tidos como *civilizados*, o racismo o encontra em qualquer circunstância e lugar. Os olhos do branco o fixam como negro, sinônimo de uma coletividade subalternizada/desumanizada, ainda que haja reconhecimento *oficial* de sua humanidade, igualdade e/ou cidadania (Fanon, 2020, p. 99). O autor também comentou sobre o peso e a encruzilhada que os negros carregam ao se destacarem. O enquadramento colonial os colocou em categorias coletivas fechadas, sem direito à autodeterminação, diferentemente dos brancos lidos e entendidos como pessoas com singularidades.

Era o professor negro, o médico negro; eu, que começava a me fragilizar, tremia ao menor sinal de alerta. Sabia, por exemplo, que, se o médico cometesse um erro, estariam acabados, ele e todos os que o sucedessem. O que se pode esperar, na verdade, de um médico negro? Enquanto tudo estivesse correndo bem, era alçado às nuvens, mas cuidado, não faça nenhuma besteira, em hipótese alguma! (Fanon, 2020, p. 97).

Assim, o mérito se inscreve como dispositivo cujos procedimentos e práticas implicitamente proclamam a superioridade de determinados grupos, reforçando as marcações sociais decorrentes das ideias de raça e gênero. Assim também se formula o atual jogo em torno do mérito que reconhece as desigualdades históricas entre negros e brancos ao mesmo tempo em que evoca a retórica das competências cognitivas. A combinação desses fatores serve para explicar a ausência dos corpos negros, assim como a presença desproporcional dos brancos, em sua maioria homens cis⁸, em determinados espaços.

Em vista da importância da educação como meio de luta pela libertação das minorias que tiveram corpos e mentes colonizados, a participação das próprias minorias na (re)edificação de um outro caminho epistemológico seria um meio de operar um processo de descolonização da lógica eurocêntrica. Portanto, descolonizar o conhecimento é identificar e repensar as ferramentas que produzem e reproduzem mecanismos de submissão racial, o qual estigmatizam uns e geram vantagens e privilégios a determinados grupos sociais (Carneiro, 2005; 2023). O resgate das cosmologias que foram cooptadas pela matriz ocidental moderna possibilita repensar as categorias universais usadas na construção do sujeito cosmopolita europeu. Sendo

⁸ Homem que se identifica com o gênero que nasceu.

assim, as estratégias de intervenção descolonizadora dentro do campo da Educação tendem a repensar os conceitos universais que servem de parâmetros para esse modelo hegemônico. Dessa forma, esse (des)aprendizado se torna problema de comunicação.

Já a hierarquia cognitiva (Pinheiro, 2020) funcionaria de acordo com as engrenagens do mérito acadêmico, traduzindo as relações de saber-poder raciais a partir do *locus* de enunciação do sujeito e dos lugares de produção. As práticas meritocráticas mascaram o privilégio branco que permanece invisibilizado pela suposta universalidade da meritocracia. Disso, segue o relato da artista Michelle Mattiuzzi (2016), cuja reflexão sobre a própria formação universitária acaba sendo uma marca também da relação entre educação, saber e arte:

Uma grande revolta move meu corpo contra alguns colegas universitários brancos, principalmente aqueles de perfil formador de opinião, artista “branco”, com formação superior em alguma universidade pública brasileira, que aprendeu no mínimo 3 idiomas, desses que já têm lugar supremo garantido às custas da mobilização de outros (Mattiuzzi, 2016, p. 6, grifo no original).

O mérito para o branco é uma forma de invisibilizar o passado histórico que o colocou no topo econômico, subjetivo, político e cultural. A branquitude é um lugar de privilégios que, na contemporaneidade, é sustentada pelo dispositivo do mérito ao justificar a posição de sujeito por meio da competência individual. Essa ideia de competência individual tem como premissa a ideia de que todos têm as mesmas oportunidades de progredir, mesmo em face das desigualdades estruturais do racismo. Por isso, mesmo que as ações de reparação visem corrigir algumas dessas injustiças históricas, elas ainda reproduzem o apagamento dessas diferenças e privilégios raciais por estarem baseadas numa ideia de mérito individual e na competição entre pares.

Para Bento (2002), esse comportamento dos brancos em relação ao racismo atende ao pacto narcísico, que gradualmente alguns brancos vão se conscientizando, e cuja finalidade tácita é a manutenção de seus privilégios, sendo um deles a não responsabilização pelo passado escravagista. É, portanto, um acordo silencioso, de apoio e de fortalecimento entre semelhantes, cujo objetivo é promover um discurso de igualdade e ainda preservar as vantagens históricas da branquitude.

O argumento de Bento (2002) vai ao encontro da reflexão de Sovik (2009) de que o modo da invisibilidade da branquitude como política étnica é uma estratégia para esconder as assimetrias do poder. No Brasil, essa afirmação é perceptível na dificuldade das pessoas se declararem brancas; quando o fazem, segue-se logo uma ressalva, no intuito de se justificar ou se distanciar da posição hegemônica. A retórica vem acompanhada de uma exposição da condição socioeconômica ou de histórias pessoais de superação. Essa atitude visa demonstrar que a pele branca, por si só, não daria ao sujeito os privilégios da branquitude e que é preciso encarar essa questão também de forma interseccional. Esse uso estratégico ou até hegemônico da interseccionalidade supostamente evidenciaria que pessoas brancas pobres também estariam sujeitas às mesmas opressões sofridas por outros indivíduos pobres, independente das divisões de gênero, regionalidade e raça contidas na pobreza. No entanto, como diz Schucman (2012):

quando comparamos brancos pobres com negros pobres percebemos que os significados construídos em torno da pertença racial branca asseguram a eles privilégios e vantagens em diversos setores sociais, uma possibilidade de ascensão social (Schucman, 2012, p. 101).

O fato de algumas pessoas argumentarem que não se veem como brancas porque não possuem determinado status econômico está relacionado à intersecção entre classe e raça no Brasil, organizada pelo mito da democracia racial. A invisibilidade da branquitude pode ser considerada uma estratégia, visto que coloca esses indivíduos numa posição de neutralidade, em que se omite a hierarquia racial e as vantagens dessa estrutura. A invisibilidade da cor branca, e por sua vez, a intensa visibilidade da cor negra desenvolvem uma proteção identitária para os brancos. Isto possibilita a prática do discurso do *racismo sem raças* (Mbembe, 2018) escudado no dispositivo do mérito, o qual, ao mesmo tempo em que diz estar protegendo os valores universais modernos, torna-se cego para a desigualdade racial e omissor para as inúmeras políticas identitárias brancas, como o pacto narcísico e a meritocracia. Desse modo, a meritocracia como prática identitária da branquitude esconde as estruturas que a sustentam.

2 Hierarquias cognitivas e o dispositivo meritocrático

Por fim, a noção de hierarquia cognitiva (Pinheiro, 2020) estabelece a relação entre lugares e sujeitos da produção e reprodução do conhecimento. Por meio do trabalho do autor nos debruçamos sobre a dificuldade de intelectuais negros se consolidarem nos espaços universitários, sobretudo na pós-graduação. Segundo Pinheiro (2020), o conceito articula-se entre diferentes perspectivas: *pensamento abissal*; *colonialidade do saber*; *assimetrias do conhecimento*. O trabalho do pesquisador, com enfoque nas relações geopolíticas no âmbito internacional, de centro-periferia, visa entender a legitimação do conhecimento científico, em decorrência da conexão entre lugares e sujeitos produtores de conhecimento e suas desigualdades inerentes.

É preciso aproximar a noção de hierarquia cognitiva (Pinheiro, 2020) à concepção de raça e, assim, perceber a meritocracia moderna como dispositivo de produção e reprodução da estrutura racial, paralelamente à inferiorização intelectual do negro e à legitimação do branco como portador e produtor de conhecimento na modernidade. A racialidade e a política patriarcal, entende-se, são elementos estruturantes do mundo moderno (Mignolo, 2017).

Diante desse quadro, entende-se o mérito como dispositivo que, posto em prática, engendra relações de poder em todos os níveis. O dispositivo do mérito se associa aos elementos da racialidade, do epistemicídio e do patriarcado. Esses conceitos estruturam o mérito, cuja trajetória sobre os corpos incide, em especial, sobre os racializados — pretos, indígenas e outros grupos étnicos precarizados pela modernidade/colonialidade — os quais engendram relações de poder de exclusão, rejeição e inferioridade, ainda em meio as atuais políticas públicas de inclusão.

Esse processo, decorrente da estigmatização racial, através da negação aos negros da condição de sujeitos do conhecimento, faz com que esses se desvalorizem, se neguem, ocultem suas marcações históricas e sociais, e assim evitem a violência racial ao assimilar os modos dominantes, conclui Carneiro (2023). Diante disso, observa-se o afastamento de uma coletividade ancestral e a exaltação da individualidade. Carneiro (2005; 2023), assim, agrupa os efeitos dessa dinâmica sobre os sujeitos subalternizados: o confinamento aos patamares inferiores da sociedade, a dissociação/afastamento do coletivo e a ideia de inclusão social pela via da individualidade.

Cognição, racialidade e subjetividade se entrelaçam e tanto determinam as posições sociais entre negros e brancos, como homogeneízam as desigualdades socioeconômicas, os efeitos do racismo e os privilégios, sob a ótica do mérito. Isto se dará em duas percepções. Primeiramente, pela exaltação daqueles sujeitos marcados pelas adversidades raciais que conseguiram superar dificuldades e ascender socialmente —caracterizando-se, assim, para os demais, o desempenho individual desses sujeitos racializados como exemplos a serem seguidos. Outro viés é o da invisibilidade das vantagens *naturais*, *históricas* e acumulação de *bens sociais*: repertório cultural, rede de contatos e conexões. A negação desses privilégios dará sustento à falácia de que os grupos dominantes não fazem também parte de uma coletividade racialmente constituída, que suas conquistas são oriundas de esforço, dedicação, talento.

Por isso, historicamente, o enquadramento das pessoas pretas nos círculos acadêmicos apenas como objeto do conhecimento as coloca numa posição infantilizada, pois presume uma necessidade de que outro fale por elas. A ausência desses sujeitos nas práticas discursivas constrói a autoridade da fala, por vezes desconectada da realidade dos sujeitos. Além disso, forma-se um processo de dúvida e de dependência para validação do saber por não estarem “autorizados a falar”. Quando um intelectual negro fala de si, em certa medida, ele desestabiliza a noção de autoridade do branco e a violência moderno-colonial. Práticas que tendem a silenciá-lo por meio de retóricas morais, ou seja: outras pessoas precisam falar e agir em nosso nome para que tenhamos visibilidade.

Os diversos modos pelos quais o dispositivo de mérito se faz presente apontam para uma rede heterogênea de diversos componentes que se articulam — a hierarquia cognitiva (Pinheiro, 2020), a geopolítica do conhecimento (Mignolo, 2010), o pacto narcísico da branquitude (Bento, 2002) e o privilégio branco. Esses componentes constroem e modulam a experiência da meritocracia que, inicialmente, vigorou como forma de combate a uma ordem social autocrática/despótica, e que, no entanto, foi se reconfigurando, a partir das alterações na sociedade. Em certa medida, isso explica o fato de a meritocracia ser publicamente defendida no senso comum e no discurso tecno-político-científico, apesar do reconhecimento das desigualdades existentes ainda hoje.

Essa visão engloba os produtores subalternizados de conhecimento, nascidos nas periferias e silenciados pelas estruturas de poder-saber, os quais criam a postura de que outros, mais *intelectualizados*, precisam falar por eles (Spivak, 2010). Conforme o autor, a discussão da relação do subalterno com o discurso ocidental, implica problematizar o silenciamento desse grupo e o papel do intelectual pós-colonial diante da política hegemônica. Para Spivak (2010), os intelectuais pós-coloniais que desejam *romper* essa estrutura de opressão, falando ou traduzindo o discurso destes outros para os termos hegemônicos, não estão, na verdade, rompendo com o esquema dominante; ao contrário, estão retirando a capacidade destes indivíduos como agentes e os tornando objetos.

Nesse sentido, Pinheiro (2020) aponta que a periferia se torna fonte de dados para produção de reflexão nos centros; autêntica *caixa de ferramentas* na interpretação dos contextos sociais da periferia. O autor faz uso do trabalho de Émile Durkheim sobre o povo Arrernte, população originária do território que na modernidade se configurou como a Austrália, e do estudo de Pierre Bourdieu sobre o povo Kabila, durante a ocupação colonial da Argélia. Esses trabalhos servem para demonstrar a apropriação dos contextos periféricos como fonte de dados, e como, a partir daí, é criado o sistema de categorias dos intelectuais metropolitanos.

A esse sistema Mignolo (2010) chama de geopolítica do conhecimento, e por meio dela, a Europa foi erguida a um lugar privilegiado da enunciação racional; daquele lugar, os europeus puderam classificar todos os outros, conferindo-lhes um maior ou menor grau de humanidade. Essa classificação dependia da expropriação e do apagamento de outros saberes a fim de que os modos de conceber, produzir e transmitir conhecimento tornassem a visão eurocêntrica tida como neutra, universal e a base da visão racionalista.

Contudo, as formas de subjugação vão além do apagamento. Partindo desse contexto de disputas, a seguinte passagem de González (1984) faz uma ponte com argumento de Spivak sobre o controle da subjetividade do subalterno e as penalidades quando esse direito de livre interpretação é *ferido*. González relata:

uns brancos muito legais convidaram a gente [*sic*] prá uma festa deles [...] Negócio de livro sobre a gente, a gente foi muito bem recebido [...]. Chamaram até [*sic*] prá sentar na mesa onde eles [*sic*] tavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. [...] Só que

tava cheia de gente que não deu [sic] prá gente sentar junto com eles. [...] Eles [sic] tavam tão ocupados, ensinado um monte de coisa [sic] pro crioléu da plateia, que nem repararam que se apertasse um pouco até que dava [sic] prá abrir um espaçozinho e todo mundo sentar junto na mesa. [...] foi aí que a neguinha que [sic] tava sentada com a gente, deu uma de atrevida. Tinham chamado ela [sic] prá responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa [sic] prá falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que [sic] tavam acontecendo na festa. [...] Agora [sic] ta queimada entre os brancos. Malham ela até hoje. Também quem mandou não saber se comportar? (Gonzalez, 1984, p. 223).

O trecho acima descreve como as estruturas de poder e opressão mantêm o subalternizado silenciado, mesmo quando consegue vocalizar sua contrariedade. Além disso, aponta a estratégia hegemônica relacionada ao medo de se posicionar e *ficar queimada*. O termo pode representar a exclusão propriamente dita ou algo mais sutil, como um rebaixamento ou situação de vulnerabilidade dentro daquele espaço por conta de uma atitude fora dos padrões e normas tácitas criadas e aceitas pelo grupo dominante.

Esse tipo de violência é naturalizado, visto que tais comportamentos não poderiam jamais acontecer dentro das instituições de ensino, constituindo-se como parte dos jogos de poder que atravessam as competições, alianças e tramas acadêmicas. Tal violência, porém, atinge qualquer corpo minoritário, sejam elas mulheres cis negras e brancas, homens cis negros, indígenas ou pessoas trans. No entanto, seu impacto especificamente sobre pessoas pretas, dado ser este um grupo minoritário que agrega outras desigualdades estruturais, se mostra prioritário numa perspectiva interseccional. O fato de haver poucos indivíduos minoritários na universidade, em posições de reitores, coordenadores e docentes reforça o pacto de silêncio das relações de poder que atravessam as práticas institucionais.

Durante a ditadura cívico-militar-empresarial no Brasil, por exemplo, a formação de uma aliança entre pesquisadores experientes e docentes fez com que os Programas de Pós-Graduação recebessem recursos que possibilitaram a construção de novos *Campi* e laboratórios. A compra de equipamentos, a institucionalização da profissão docente, mediante o regime de tempo integral e de dedicação exclusiva, levou as instituições públicas de ensino superior a ampliarem expressivamente o número de estudantes matriculados (Cunha, 2000).

Para que os “os tecnocratas do poder realizassem seu projeto de crescimento econômico. [...]” (Gonzalez; Hasenbalg, 1982, p. 13) foi imposta a *pacificação* da sociedade civil. Conforme Hasenbalg (1988), no período não eram propícias pesquisas com temática racial:

Há vinte anos eram muito poucas as pessoas trabalhando esse tema. Eu tive medo de publicar o meu livro em 1979. Dez anos antes, Florestan Fernandes tinha sido expulso da USP, aposentado compulsoriamente. Durante todo esse período não se falou nada no país sobre relações raciais. [...] A Antropologia, sim, continuou estudando o candomblé, a umbanda, que não eram coisas tão ‘perigosas’ (Hasenbalg, 1998, p. 36, grifo no original).

Logo, ao analisarmos o mérito moderno observa-se um jogo de forças que é acionado por este dispositivo a fim de fazer com que os processos de seleção para cargos de liderança e financiamentos de pesquisa sejam entendidos como justos e igualitários, independentemente do histórico dos sujeitos. A disputa sobre o que é considerado relevante ou não do ponto de vista dos gestores da ciência, embora tenha avançado desde essa época, ainda traz muitas ponderações, pois designam *áreas estratégicas* para alocação dos esparsos recursos públicos. Isso sem contar o número de professores negros em instituições de Ensino Superior⁹, e principalmente no topo da produção do saber nacional¹⁰, mesmo há mais de 10 (dez) anos da implementação das ações afirmativas no Ensino Superior e próximo do aniversário de 10 (dez) anos de sua implementação na pós-graduação.

Considerações finais

Nova meritocracia ou o fim do mundo? Os corpos negros, originários da zona de indefinição e precariedade própria ao processo de colonização, e demais indivíduos minoritários/vulnerabilizados, são levados a acreditar que o mérito é a direção para a autonomia, pois o dispositivo não deixa ver a incidência do privilégio branco (Schucman, 2012) e a atuação do pacto narcísico da branquitude (Bento, 2002).

⁹ Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>.

¹⁰ Disponível em: <https://abpn.org.br/dados-do-cnpq-apontam-para-desigualdades-de-genero-e-raca-em-bolsas-de-pesquisa/>

O advento das ações afirmativas para entrada nas universidades começou a mudar esse cenário, contudo apontamos que sua implementação ainda segue uma lógica de escassez, competição e individualismo. A mesma está presente no sistema educacional como um todo, principalmente no modelo de desempenho baseado em provas padronizadas desde o Ensino Fundamental. A entrada de corpos diversos fica, então, sujeita a uma política educacional abertamente voltada para o mercado de trabalho, capital e metas desenvolvimentistas. No caso da pós-graduação, que forma os produtores de conhecimento chancelados pela sociedade – embora também haja uma mudança de paradigma promovendo uma abertura para outros saberes, pelo menos nas Humanidades – as ações afirmativas não têm se traduzido na entrada, nas mesmas proporções, de professores efetivos negros nas universidades.

Por isso, há necessidade de criar uma outra lógica do mérito, a partir dos inúmeros saberes ou cosmopolíticas outras que foram historicamente subalternizadas, considerando o vícios da coletividade. Argumentamos ao longo do texto pela indissociabilidade entre as relações de saber e poder ligadas a racialidade e meritocracia, presentes desde a constituição do sujeito moderno ocidental e do Estado. Por isso, essa outra meritocracia baseada numa cosmologia contracolonial ou numa ética coletiva negra (Silva, 2024) não poderia residir nas atuais lógicas do sistema educacional. Seria o antídoto para o individualismo, alteridade hierarquizada e segregação criados pela política colonial/moderna. Um exemplo prático, porém, controverso, seria o acesso universal ao Ensino Superior¹¹, com abolição de vestibulares ou outros processos seletivos excludentes para o acesso ao Ensino Superior¹². Dessa forma, a pergunta persiste, seria mais proveitoso criar um novo tipo de meritocracia em meio as lógicas já existentes de acesso ainda ineficientes ou é necessário refundar as bases cosmopolíticas da experiência comum, como um novo Big Bang?

¹¹ Disponível em: <https://www.iesalc.unesco.org/evento/webinar-hacia-el-acceso-universal-a-la-educacion-superior-tendencias-internacionales-2/>

¹² Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/politicas-de-inclusao-atreladas-ao-vestibular-sao-ins/>

Referências

- BENTO, Maria Aparecida. Silva. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. 2002. 185 p. Doutorado em Psicologia — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón (org.). *Decolonialidade e pensamento Afrodiaspórico*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- BUCK-MORSS, Susan. Hegel e Haiti. *Novos Estudos*, 90 ed., v. 30, n. 2, p. 131-171, jul./2011.
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. 2005. 339 p. Doutorado em Educação –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A Inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. 5. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- CÉSAIRE, Aime. *Discurso sobre o colonialismo*. Portugal: Livraria Sá da Costa editora, 1978.
- COSTA, Bernardino; TORRES, Maldonado Nelson; GROSFUGUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Elaine Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. São Paulo, Zahar, 2022.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- HUI, Yuk. *Tecnodiversidade*. São Paulo: Ubu editora, 2020.
- MATTIUZZI, Musa Michelle. *Merci beaucoup, blanco! escrito experimento fotografia performance*. São Paulo: Bienal de São Paulo, 2016.

- MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. 1. ed. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MELO, Willamys da Costa; SCHUCMAN, Lia Vainer. Mérito e mito da democracia racial: uma condição de (sobre)vivência da supremacia branca à brasileira. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 21, p. 14-23, fev./2022.
- MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n. 34, p. 287-324, 2008.
- MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, p. 1- 18, jun./2017.
- PINHEIRO, Joaquim. A geopolítica da produção e da circulação do conhecimento. *Conexão Política*, Teresina, v. 18, n. 2, p. 1-20, 2021. doi: 10.14295/conexaopolitica.v18i2.11108.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p. 107-130. Disponível: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *A origem da desigualdade entre os homens*. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Lafonte, 2020.
- SANDEL, Michael. *A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum?* 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- SANTOS, Antonio Bispo dos. *Colonização, Quilombos, modos e significações*. Brasília: UnB, 2015.
- SANTOS, Boaventura Sousa. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- SANTOS, Milton. Cidadania Mutilada. In: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo (Org.). *Preconceito*. São Paulo, Imprensa do Oficial do Estado, p. 133-144, 1996/1997.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”*: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 122 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SILVA, Denise Ferreira da. Ninguém: direito, racialidade e violência. *Meritum*, v. 9, n. 1, jan./jun. 2014.
- SILVA, Denise Ferreira da. *A Dívida Impagável*. São Paulo: Living Commons, 2019.
- SILVA, Denise Ferreira da. Hackeando o Sujeito: feminismo negro e recusa além dos limites da crítica. In: BARZAGHI, Clara et al. *Pensamento Negro Radical*. São Paulo: Crocodilo/N-1 edições, 2021, p. 193-224.

SILVA, Tarcizio. *Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais*. São Paulo: Edições Sesc, 2022.

SILVA, Renata Nascimento da; BARBOSA, Zilda Martins. Comunidade de aprendizado na pós-graduação: cursos preparatórios em uma dialogia que nasce da solidariedade. *Comunicação & Educação*, São Paulo, Brasil, v. 26, n. 2, 2022, p. 149–164. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/186395>. Acesso em: 13 nov. 2024.

SILVA, Renata. A coletividade negra contra o trauma colonial: meritocracia, colonialidade do saber e filosofia quilombola. *E-Compós*, [S. l.], v. 27, 2024, p. 1-20. Disponível em: <https://e-compos.org.br/e-compos/article/view/2962>. Acesso em: 13 nov. 2024.

SODRÉ, Muniz. *Fascismo da cor*. Rio de Janeiro: Vozes, 2023. E-book

SODRÉ, Muniz., & PAIVA, Raquel. (2019). Comunitarismo e sociedade incivil. *Revista FAMECOS*, 26(1), e33027. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2019.1.33027>

SOVIK, Liv. *Aqui ninguém é branco*. São Paulo, Aeroplano, 2009.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Renata Nascimento - Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT

Doutora em Comunicação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Mídia e Cotidiano, Universidade Federal Fluminense (UFF).

E-mail: renascsilva1@gmail.com

José Messias Santos Franco - Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Doutor em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Comunicação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Graduado em Jornalismo, (UERJ). Docente, Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

E-mail: jose.cmsf@ufma.br

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, e também do edital Universal CNPq 422555/2021-5 e FAPEMA 06870/22, além da bolsa de pós-doutoramento do Pró-Humanidades 040/2022 do CNPq.